

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 8/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 8/2024

Nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 8/ 2023, em que é recorrente o Senhor Amadeu Oliveira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça

I. Relatório

1. Amadeu Fortes Oliveira , com os demais sinais de identificação previstos nos autos, tendo sido notificado do Acórdão n.º 2/2023, de 8 de janeiro, que confirmou o anterior acórdão n.º 128/2022, de 16 de dezembro, veio interpor recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade , invocando os artigos 76º, n.º1, alínea b) e 77º , n.º 1, al. b) , n.º 2 a 5, todos da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (LTC) e alegando essencialmente que a interpretação que o Supremo Tribunal de Justiça fez da parte final do artigo 158º do CPP restringe o direito fundamental de ele ser julgado perante o juiz natural da causa, violando o disposto no n.º2 do artigo 17º da CRCV;

2. Assim, segundo as palavras do próprio recorrente trata-se de «*norma resultante do sentido e alcance interpretativo que o STJ fez do conteúdo da norma prevista no artigo 158º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, o que configura ser uma restrição do alcance do Direito Fundamental de ser julgado perante o juiz- Tribunal da Causa, restrição essa que o Supremo Tribunal de Justiça fez por via da interpretação do artigo 158º do CPP, violando o disposto no n.º 2 do artigo 17º da referida CRCV*».

3. O recorrente apresenta como prováveis normas violadas pela aplicação da norma alegadamente construída as seguintes: a) o direito e princípio fundamental «a ser julgado pelo juiz natural da causa» , previsto no nº 10 do artigo 35º da CRCV, com densificação (sic!) no artigo 11º do CPP , por desrespeito das regras de competência territorial estatuídas nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 41º do CPP; b) direito e princípio fundamental de acesso à justiça, mediante processo justo e equitativo, previsto no nº 1 do artigo 22º da CRCV; c) Proibição da restrição da extensão e do conteúdo essencial das normas constitucionais relativas a direitos, liberdades e garantias pela via da interpretação, tal qual estatuído no nº 2 do artigo 17º da CRCV.

4. O recorrente foi, nos termos do nº 4 do artigo 86º da LTC, notificado para apresentar as suas alegações escritas no dia 29 de novembro de 2023.

5. A peça contendo as alegações escritas deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional no dia 10 de dezembro, portanto dentro do prazo fixado ao abrigo do nº2 do artigo 88º da LTC.

6. De seguida foi, ao abrigo do nº 1 do artigo 89º da LTC, elaborado o projeto de Memorando, o qual foi na sequência distribuído aos demais Juízes Conselheiros, ao Ministério Público e ao Advogado do Recorrente.

7. A 18 de janeiro de 2024 viria a ser realizada a audiência pública de julgamento.

8. Cumprindo-se os ritos previstos na LTC, o Venerando Juiz Conselheiro Presidente concedeu a palavra ao Juiz Conselheiro Relator para apresentar o objeto do recurso e ler o projeto de memorando elaborado e que fora distribuído previamente aos demais Juízes Conselheiros, ao Ministério Público e ao Mandatário do Recorrente.

9. De seguida, a palavra foi atribuída ao Ilustre Mandatário do Recorrente e ao Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República.

10. No uso da palavra, o Ilustre Mandatário do Recorrente sustentou que o Tribunal da Relação de Barlavento tinha assumido a competência para julgar o caso com violação do artigo 158º do CPP, referiu que a defesa tinha suscitado a questão da incompetência territorial do Tribunal por escrito antes do início da sessão de julgamento e que o STJ se

equivocou quanto ao momento em que a Defesa apresentou o incidente de exceção da incompetência territorial perante o Tribunal de Relação de Barlavento, reiterando que a questão da exceção de incompetência territorial teria sido suscitada dentro do prazo legal. Concluiu, pedindo a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo interpretativo do artigo 158º do CPP.

11. O Ministério Público utilizou da palavra para colocar, o que designou de uma questão prévia, pois segundo ele face à prolação do Acórdão nº 1/ 2024 do TC nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta nº 9/2023, era de se questionar se o recurso de constitucionalidade ora em pauta não seria inútil. Chamou atenção para o modo como o recorrente construiu a norma alegadamente aplicada pelo tribunal recorrido, entendendo que aquele sujeito processual por esse meio terá distorcido os factos e defendeu que se devia partir da interpretação concreta que o STJ fez do artigo 158º do CPP.

12. Após a realização do julgamento público, seguiu-se a Conferência para a aprovação do projeto de Memorando, o que aconteceu.

13. Na ocasião, o Tribunal considerou algumas questões suscitadas pela Defesa e pelo Ministério Público, tendo decidido da seguinte forma:

13.1. Quanto ao pedido de declaração de falsidade de uma gravação suscitada pelo recorrente tanto na peça de recurso de Fiscalização da Constitucionalidade, quanto nas alegações. Em causa estaria uma gravação fonográfica constante de ficheiro informático. O Tribunal considerou que não podia apreciar a questão com base nas normas invocadas pelo recorrente. Além disso, a questão inicialmente pareceu dirigida ao Supremo Tribunal de Justiça e não ao TC, conforme consta de folhas 91 dos autos (Requerimento do Recurso), não obstante o recorrente ter emendado a mão, para nas alegações escritas rogar ao Tribunal Constitucional que «declare a falsidade do auto- áudio».

13.2. No que tange ao pedido do recorrente para apensação do Recurso de Amparo nº 8 ao Recurso de Amparo nº 9; o Tribunal não atendeu ao pedido, tendo em conta o seguinte : a) o estado de andamento dos dois processos; b) o último recurso, que neste momento já se encontra decidido e transitado em julgado, de forma clara já determinou que não havia identidade entre os dois processos; c) nunca seria o recurso interposto

em primeiro lugar a ser apensado ao último, mas o contrário, nos termos do nº 2 do artigo 251º do CPC. Acresce que o tribunal não consegue alcançar qual seria a relevância de estabelecer a falsidade da gravação, um poder primário que o TC só poderia exercer recursalmente, no quadro de um processo de fiscalização normativa que incide sobre normas e não sobre condutas, no âmbito do qual é irrelevante se se suscitou antes ou depois a questão da incompetência territorial, importando, pelo contrário, se a norma que estabelece um limite à colocação da questão até ao início da audiência de julgamento é inconstitucional ou não. Seja como for, a Lei do TC é clara no sentido de que os recursos de FCC são restritos a questões de inconstitucionalidade e de ilegalidade.

13.3. Em relação à questão de eventual inutilidade de decisão nos autos de Recurso de Amparo nº 8/2023 suscitada pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, o Tribunal teve entendimento diferente, defendendo a possível utilidade para o recorrente no caso de uma decisão de inconstitucionalidade relativa à norma a ser escrutinada.

II. Fundamentação

1. O objeto do processo é a norma *resultante do sentido e alcance interpretativo que o STJ fez do artigo 158º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência.*

2. Segundo o recorrente esta pretensa norma *nos termos da qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, violou o direito ao juiz natural, o direito de acesso à justiça mediante processo justo e equitativo e ainda a proibição da restrição da extensão e do conteúdo essencial das normas constitucionais relativas a direitos, liberdades e garantias pela via da interpretação.*

3. Entende, no entanto, o Tribunal que o terceiro parâmetro apresentado não pode ser aceite autonomamente para o escrutínio normativo, uma vez que é ele mais adequado à apreciação no âmbito do recurso de amparo.

4. *Assim, considerando que se está perante um escrutínio de norma e não de conduta, típica do recurso de amparo constitucional, a norma a ser apreciada pelo Tribunal é a seguinte : Será que a pretensa norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, é incompatível com o direito ao Juiz natural e o princípio fundamental de acesso à justiça, mediante processo justo e equitativo?*

No entanto como é consistente com a metodologia prática do Tribunal Constitucional, antes de se avançar no escrutínio do mérito, impõe-se verificar os pressupostos gerais de admissibilidade e os de conhecimento ou cognoscibilidade da matéria.

Pressupostos gerais de admissibilidade

1. O nº 1 do artigo 83º da LTC dispõe que compete ao tribunal que tiver proferido a decisão recorrida apreciar a admissão do respetivo recurso. Tal foi feito pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça através do Acórdão nº 6/2023, de 31 de janeiro, que admitiu o presente recurso com base nos artigos 281º e 282º da CRCV e 75º e segs. da LTC. Entretanto, o artigo 83º desta última Lei estatui no seu nº 4 que a decisão que admite o recurso ... «não vincula o Tribunal Constitucional...». Os pressupostos gerais de admissibilidade a se verificar são basicamente o da competência, o da legitimidade, o da tempestividade e o do esgotamento das vias ordinárias.

1.1. A Constituição da República começa por definir a competência do Tribunal Constitucional no seu artigo 215º determinando o seguinte: «O Tribunal Constitucional é o tribunal ao qual compete, especificamente, administrar a justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional, designadamente, no que se refere a: a) Fiscalização da constitucionalidade e legalidade, nos termos da Constituição.» Mais adiante, na alínea b) do nº 1 do artigo 281º estipula que cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos Tribunais que ... b) apliquem normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto cuja inconstitucionalidade haja sido suscitada no processo». Por seu turno, a Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juízes e os processos da sua jurisdição, retoma o referido quadro constitucional de

competência, designadamente na alínea c) do artigo 11º e na alínea b) do nº 1 do artigo 77º. Assim, não há dúvida de que está preenchida a competência do Tribunal Constitucional para apreciar o caso.

1.2. A Constituição determina no nº 1 do artigo 282º que «podem recorrer para o Tribunal Constitucional, o Ministério Público e as pessoas que, de acordo com a lei reguladora do processo de fiscalização da constitucionalidade, tenham legitimidade para interpor recurso». A citada Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, LTC, no seu artigo 76º retoma o disposto na Constituição da República. O recorrente é arguido nos autos de processo crime que deram origem a este recurso, foi afetado por uma decisão crime que lhe foi desfavorável, pelo que lhe assiste legitimidade para a defesa dos seus direitos ou interesses.

1.3. O prazo de recurso para a fiscalização concreta da constitucionalidade está previsto no nº 1 do artigo 82º da LTC e é de 10 dias. O recorrente foi notificado do Acórdão nº 2/ 2023, que reconfirmou o anterior acórdão nº 128/2022-2023, no dia 9 de janeiro de 2023, tendo apresentado o seu recurso no dia 16 do mesmo mês e ano (conforme certidão junta ao processo a folhas 69, verso). Por isso, o recurso foi interposto tempestivamente, dentro dos dez dias previstos pela lei.

Condições de conhecimento ou cognoscibilidade da questão suscitada pelo recorrente

2. *Foram esgotadas as vias de recurso estabelecidas nas leis de processo em que foi proferida a decisão, nos termos dos nºs 2 a 4 do artigo 77º da LTC?*

2.1. O número 2 do artigo 77º da LTC determina que o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade previsto no nº 1 só pode ser interposto depois de esgotadas as vias de recurso estabelecidas na lei do processo em que foi proferida a decisão, esclarecendo o nº 3 que são equiparadas a recursos ordinários as reclamações para os presidentes dos tribunais superiores, nos casos de não admissão ou de retenção do recurso, bem como as reclamações dos despachos dos juízes relatores para a conferência. Finalmente, o nº 4 do mesmo artigo estatui que «entende-se que se acham esgotados todos os recursos ordinários, nos termos do nº 2, quando tenha havido renúncia, haja decorrido o respetivo

prazo sem a sua interposição ou os recursos não possam ter seguimento por razões de ordem processual».

2.2. Conforme se colhe dos autos, a questão tinha sido suscitada no TRB, que se considerou competente. Insatisfeito com essa decisão, o arguido no processo principal recorreu para o STJ. Este órgão supremo da justiça comum através do Acórdão nº 128/2022, de 16 de dezembro, decidiu pela confirmação da decisão que reconhece a competência territorial do TRB, considerando que *«quando a defesa do arguido suscitou o incidente, após a abertura da audiência, a competência territorial já estava estabilizada naquele tribunal, isto tendo por base o disposto na parte final do artigo 158º do Código de Processo Penal»*. No pedido de retificação do Acórdão nº 128/2022, de 16 de dezembro, o arguido levantou a questão da interpretação do inciso previsto no artigo 158º do CPP, tendo-se o STJ, por meio do Acórdão nº 2/ 2023, de 6 de janeiro, pronunciado sobre a questão do prazo limite para a arguição da exceção de incompetência territorial, considerando na altura que *«da estipulação desse prazo não resulta uma qualquer vulneração das garantias constitucionais do arguido»*. Como da decisão do STJ não podia haver qualquer possibilidade de recurso ordinário, pode-se dizer, como de resto salientou o STJ na apreciação das condições de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade da norma referida, que foram esgotadas as vias de recurso estabelecidas na lei do processo.

3. *Foi indicada, ao abrigo do nº 1 do artigo 82º da LTC uma norma assente num enunciado deôntico, real ou hipotético, cuja inconstitucionalidade o recorrente pretende que seja apreciada pelo Tribunal?*

3.1. Como se sabe e corresponde a conhecimento básico do ofício de pessoa formada em Direito, a norma jurídica consiste, em princípio, numa previsão e numa estatuição. Estando reunidos todos os elementos da previsão, a lei determina o efeito jurídico. Exemplo da relação previsão - estatuição: *«Estando reunidos os pressupostos A, B, C, D, E, a consequência jurídica é X.»* Tal é a fórmula estrutural de uma norma jurídica, quer se trate de matéria do Direito Civil, do Direito Penal ou do Direito Público em sentido restrito. Quanto ao conteúdo, as normas podem ser preceptivas, proibitivas e atributivas ou concessivas, quando concedem algo ou criam uma posição jurídica particular.

3.2. No caso concreto o recorrente alude a uma norma resultante do sentido e alcance interpretativo que o STJ terá retirado por interpretação do artigo 158º do CPP, de modo a extrair um entendimento segundo o qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência.

3.3. Ora, é de se considerar tal formulação uma norma, uma vez que se pode encontrar uma previsão, sendo certo que a lei prevê uma estatuição das consequências para o caso da violação da mesma norma A incompetência territorial não poderá gozar do regime de dedução e conhecimento em qualquer altura do processo, mas sim e apenas até ao início da audiência de julgamento em primeira instância.

4. *O recorrente conseguiu apresentar parâmetros normativos constitucionais incompatíveis com a norma a ser escrutinada, conforme prescrito pelo nº 1 do artigo 82º da LTC?*

4.1. Segundo o nº 1 do artigo 82º da LTC, o recurso é interposto por meio de requerimento no qual se indica a disposição legal ao abrigo da qual o recurso é interposto e a norma cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade se pretende que o Tribunal aprecie. No nº 2 do mesmo artigo o legislador determina para os recursos interpostos ao abrigo das alíneas b), d) e e) do artigo 77º, em que este caso se insere, a indicação da **norma ou princípio constitucional ou legal violado**, i.a.. Esta última parte diz, pois, respeito ao parâmetro normativo constitucional de controlo que deve ser confrontado com a norma cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade se pretende aferir.

4.2. Na circunstância concreta o recorrente indicou como parâmetros normativos constitucionais de controlo os seguintes : a) o direito e princípio fundamental « a ser julgado pelo juiz natural da causa» , previsto no nº 10 do artigo 35º da CRCV; b) o direito e princípio fundamental de acesso à justiça, mediante processo justo e equitativo, previsto no nº 1 do artigo 22º da CRCV; c) A proibição da restrição da extensão e do conteúdo essencial das normas constitucionais relativas a direitos, liberdades e garantias pela via da interpretação, tal qual estatuído no nº 2 do artigo 17º da CRCV. Este parâmetro não pode contudo ser admitido, como se referiu acima.

5. A *inconstitucionalidade da norma* foi suscitada no processo de modo processualmente adequado como determinam o n.º 2 do artigo 76.º em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 77.º da LTC?

5.1. O n.º 2 do artigo 76.º estipula que «os recursos previstos nas alíneas b) [recurso de decisão negativa de inconstitucionalidade] e c) do n.º 1 do artigo 77.º [recurso de decisão negativa de inconstitucionalidade – não acatamento de «precedente»] só podem ser interpostos pela parte que haja suscitado a questão da inconstitucionalidade ou ilegalidade de modo processualmente adequado perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida, em termos de este estar obrigado a dela conhecer». Por outras palavras, a inconstitucionalidade deve ser colocada na primeira oportunidade processual que surgiu ao recorrente após a aplicação da norma, de modo consistente e de forma que os órgãos judiciais competentes estejam em condições de conhecer a alegada inconstitucionalidade ou ilegalidade e possam apreciá-las.

5.2. No recurso de fiscalização da constitucionalidade que o recorrente entregou no Supremo Tribunal de Justiça, enquanto órgão recorrido sustenta que a inconstitucionalidade foi colocada nas seguintes peças:

a) No Requerimento de Recurso Crime (intercalar) n.º 35/STJ/2022, relativo ao incidente de exceção por incompetência territorial da Relação de Barlavento, de 29 de agosto de 2022;

b) No recurso contra o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Barlavento nos autos de processo crime n.º 59/2021/2022/TRB. Aqui pede ao STJ o seguinte (p. 101 dos autos de FCC): «*Que o Supremo Tribunal de Justiça reconheça e declare a nulidade-invalidade, por inconstitucionalidade, de todos os atos e despachos proferidos pelo Tribunal da Relação de Barlavento, nomeadamente: ...*

(i) *Do despacho do TRB que indeferiu o incidente de Exceção de incompetência territorial interposto pela Defesa do Arguido, por B) Violação do direito e garantia fundamental do arguido a ser julgado pelo juiz natural, tal qual consagrado no n.º 10 do artigo 35.º da Constituição da República»*

c) No requerimento de retificação de erro material e lapso manifesto, esclarecimento e aclaração de obscuridade e ambiguidade; suprimimento de nulidade/invalidade, por inconstitucionalidade - interposto contra o Acórdão nº 128/STJ/2022, de 16 de dezembro, proferido pelo STJ no âmbito do Recurso - Crime intercalar nº 35/STJ/ 2022 e que deu entrada no STJ no dia 20 de dezembro de 2022, onde foi invocada (pp.37 e seguintes dos autos) : a) A violação do direito ao juiz natural; b) a violação da garantia de não restrição dos direitos fundamentais pela via da interpretação ; c) a violação do direito fundamental ao acesso à justiça, mediante processo justo e equitativo.

5.3. O STJ na análise do pressuposto da suscitação da questão da inconstitucionalidade pela via processualmente adequada, por forma a permitir que o tribunal a quo dela possa conhecer conclui que foi suscitada de «modo processualmente adequado». (folhas, 248 verso e 249).

5.4. Compulsando os autos, nota-se que na primeira peça a que o recorrente faz referência não chega a articular a violação do princípio do juiz natural, mas sim, e apenas, a incompetência territorial do TRB, pois entendia que o Tribunal competente para julgar os crimes de Ofensa a Pessoa Coletiva e o de Perturbação ou Coação de funcionamento de órgão constitucional era o Tribunal de Relação de Sotavento e não o de Barlavento (fls 45 dos autos). Nas outras peças, além de suscitar a questão da incompetência territorial alega que a realização do julgamento pelo TRB seria violadora do seu direito ao juiz natural. O STJ enquanto órgão recorrido, confirmou a decisão do TRB.

6. *A norma foi efetivamente aplicada pelo Tribunal recorrido como fundamento para a decisão?*

6.1. No Acórdão nº 06/2023, de 31 de janeiro, o STJ , analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta interposto pelo arguido, faz as seguintes considerações: «Na audiência de discussão e julgamento, e mediante requerimento oral ditado para a ata de julgamento, o arguido suscitou a exceção da incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento (TRB), o que mereceu decisão de indeferimento por parte do tribunal, que entendeu ser a Relação de Barlavento o tribunal competente, em razão do território, para efetuar o julgamento. A defesa, alegando a violação do seu direito a um julgamento justo e equitativo e o respeito pelas

suas garantias de defesa, interpôs recurso do referido despacho, admitido a subir de imediato e em separado. Através do acórdão n.º 128/2022, de 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu pela confirmação da decisão que reconhece a competência territorial ao TRB, considerando que, quando a defesa do arguido suscitou o incidente, após abertura de audiência, a competência territorial já estava estabilizada naquele tribunal, isto tendo por base o disposto na parte final do art.º 158.º do Código Processo Penal. No pedido de retificação do referido aresto, o arguido suscitou a questão de interpretação do inciso normativo vazado no art.º 158.º do Código Processo Penal, tendo o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 02/2023, de 6 de janeiro de 2023, se pronunciado sobre a questão do prazo limite para se arguir a exceção da incompetência territorial, considerando que da estipulação desse prazo não resulta uma qualquer vulneração das garantias do arguido.

6.2. Ora, o STJ parece ter interpretado e aplicado a norma do artigo 158º do CPP, pois que confirmou a decisão do TRB, tendo como base o disposto na parte final desse artigo. Sobretudo, ao considerar que «quando a defesa do arguido suscitou o incidente, após abertura da audiência, a competência territorial já estava estabilizada naquele tribunal, isto, tendo por base o disposto na parte final do art.º 158º do Código de Processo Penal». Com referência ao pedido de retificação do Acórdão nº 128/2022, de 16 de dezembro, avançou ainda, em jeito de complemento, que «da estipulação do prazo limite para arguir a exceção de incompetência territorial não resulta qualquer violação das garantias constitucionais do arguido».

7. *A questão constituiu objeto de algum aresto do Tribunal Constitucional que pudesse conduzir a um desfecho determinado com base na jurisprudência do caso?*

A questão da norma hipotética extraída do artigo 158º do CPP, alegadamente aplicada pelo STJ no sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, foi suscitada no âmbito do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 9/2023. Como parâmetro de controlo constitucional foi referido o princípio do Juiz natural da causa. Contudo, a questão não ultrapassou barreira do controlo de admissibilidade, uma vez que o Tribunal Constitucional, então, decidiu não a admitir, dado que considerou que o Acórdão nº 137/2023 do STJ não aplicou a norma hipotética extraída do artigo 158º do CPP e que

segundo o recorrente teria sido aplicada pela Suprema Corte no sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência de julgamento, em vez de simplesmente , até ao início desta, por configurar uma restrição do direito fundamental de ser julgado perante o juiz natural, bem como da extensão e do conteúdo essencial das normas constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias. Por esta razão, o TC decidiu não conhecer da questão de inconstitucionalidade suscitada, conforme vem disposto na alínea b) do nº 1 da parte dispositiva do Acórdão.

Sendo assim, não se pode afirmar que esta questão fundamental do presente escrutínio de constitucionalidade tenha constituído objeto de alguma análise de mérito do Tribunal Constitucional que pudesse conduzir a um desfecho determinado com base na jurisprudência da Corte.

8. *A questão é manifestamente infundada a ponto de, com base numa leitura do nº 2 do artigo 82º da LTC, se proferir uma decisão por mera remissão para anterior jurisprudência do Tribunal Constitucional?*

A questão suscitada não se afigura ser manifestamente infundada a ponto de se poder antecipar logo uma decisão por mera remissão para anterior jurisprudência do Tribunal Constitucional.

9. *Uma eventual decisão de inconstitucionalidade teria um efeito útil no âmbito do «processo-pretexto» e mais concretamente sobre o Acórdão recorrido?*

O nº 3 do artigo 93º da LTC prevê que se o Tribunal Constitucional der provimento ao recurso, ainda que só parcialmente, baixado o processo, o tribunal recorrido deve reformar a decisão de conformidade com o julgamento sobre a questão de inconstitucionalidade ou ilegalidade. No caso em apreço parece óbvio que uma decisão eventual de declaração de inconstitucionalidade da aceção normativa que foi aplicada ao se interpretar o artigo 158º do CPP, teria um efeito útil no âmbito do processo principal e também do acórdão recorrido.

Da Análise do Mérito

10. Será que a pretensa norma *segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, é incompatível com o direito ao juiz natural?*

10.1. O arguido pretende que este Tribunal syndique, nas suas próprias palavras, uma *«norma resultante do sentido e alcance interpretativo que o STJ fez do conteúdo da norma prevista no artigo 158º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitada (sic!) até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência, o que configura ser uma restrição do alcance do Direito Fundamental de ser julgado perante o juiz - Tribunal da Causa, restrição essa que o Supremo Tribunal de Justiça fez por via da interpretação do artigo 158º do CPP, violando o disposto no nº 2 do artigo 17º da referida CRCV.*

10.2. Portanto o objeto do recurso de fiscalização concreta aqui neste caso tem a ver com a compatibilidade ou não com a Constituição de uma norma construída pelo STJ segundo a qual *o incidente de incompetência territorial do TRB deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência.*

10.3 . Procedendo, no Acórdão nº 128 / 2022, à interpretação do artigo 158º do CPP, para determinar o momento até ao qual se pode deduzir e declarar a incompetência territorial, o Supremo Tribunal de Justiça faz um exercício de Direito Comparado, restrito ao ordenamento jurídico português, que é, consabidamente, próximo do cabo-verdiano , para dizer que a doutrina tem interpretado o inciso «até ao início [da audiência de julgamento] no sentido de «momento anterior à abertura da audiência (...), uma vez declarada aberta audiência, fica precludida a possibilidade de suscitar a questão da competência territorial». Reportando-se ao artigo 360º do CPP cabo-verdiano afirma que a abertura da audiência dá-se «no exato momento em que o Juiz Presidente, após entrar na sala de julgamento, declara aberta a audiência, constituindo este o momento relevante ... para a declaração de incompetência territorial»... Reportando-nos ao caso concreto, resulta da ata da audiência de discussão e julgamento (...) que, após a Sra. Juiz

Presidente do Coletivo ter declarado aberta a audiência de discussão e julgamento, a Defesa do Arguido suscitou a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento, que foi indeferida, com os fundamentos supra transcritos». Sucede, no entanto que tal questão teria de ser suscitada em momento anterior ao da abertura da audiência, o que não aconteceu, no caso, em que só após o início da mesma, é que a Defesa requereu que fosse declarada a incompetência daquele tribunal». ... Tendo por base tais premissas, é de se concluir que a questão da incompetência territorial veio a ser suscitada após ter sido declarada aberta a audiência, pelo que intempestivamente».

Antes de se analisar da compatibilidade da norma com o princípio do juiz natural há que olhar para a sede do mesmo, o seu conteúdo e alcance.

10.3. O princípio do juiz natural ou juiz da causa encontra a sua sede no nº 10 do Artigo 25º da CRCV, que estipula que «*Nenhuma causa pode ser subtraída ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior*».

10.4. «O **princípio do juiz natural** tem por finalidade evitar a designação arbitrária de um juiz ou tribunal para decidir um caso submetido a juízo. As normas, tanto orgânicas, como processuais, têm de conter **regras que permitam determinar o tribunal que há de intervir em cada caso em atenção a critérios objetivos, não sendo admissível que a lei autorize a escolha discricionária do tribunal ou tribunais que não-de intervir no processo.**» ¹Enquanto princípio, direito ou garantia está *relacionado com o dispositivo constitucional que proíbe a existência de tribunais com competência exclusiva para o julgamento de certas categorias crimes. Com a norma que determina o princípio ou direito ao juiz natural*, pretende-se assegurar a imparcialidade dos juízes e tribunais, excluindo-se os tribunais *ad hoc* ou para um caso concreto, impedindo casos de desaforamento, nomeação de juízes de forma arbitrária. O que importa é que em razão da causa não sejam instituídos *post factum* **«tribunais de exceção**, que não haja o desaforamento ou então a nomeação de juízes de forma discricionária ou a subversão de regras de substituição de juízes.

¹ Cfr. **Germano Marques da Silva e Henrique Salina**, in **Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada**, vol. I, anotação ao artigo 32º, p. 536, Lisboa 2017.

10.5. O juiz declarado por lei como competente é o tribunal como unidade organizativa, o tribunal que conhece da causa como órgão jurisdicional e o juiz singular chamado a decidir, nos termos da lei.

10.6. A violação do princípio ou direito ao juiz natural pode acontecer tanto por via do legislador, como também dos próprios tribunais. Assim, o legislador pode **violar a garantia do juiz legal nas seguintes circunstâncias**: Quando a lei não prevê uma clara e suficiente determinação prévia do juiz competente para o litígio; quando tenham sido instituídos tribunais de exceção, quando a lei não contém as regras fundamentais de competência, i.e. sobre a instituição de tribunais e a delimitação de circunscrições e competências dos tribunais. Já os tribunais podem incorrer em violação do princípio, por via de decisões de organização ou por via de vícios na aplicação das regras de competência, ou quando não sigam de forma transparente e consistente as suas próprias práticas de distribuição de processos.

10.7. Titular do direito ao juiz natural é qualquer pessoa que está num processo judicial como parte processual ou em similar posição jurídica, porque e na medida em que ela persegue interesses próprios tutelados pelo direito e se encontra sujeita à jurisdição do Estado.

10.8. A norma cuja aplicação se imputa ao STJ tem o teor segundo o qual a exceção de incompetência territorial deveria ser suscitada até antes do início da audiência do julgamento, em vez de simplesmente até ao início da audiência.

10.9. Saber se a própria norma que estabelece como *dies ad quem* (termo final) para se suscitar a questão da incompetência territorial até ao início da audiência, seria desconforme à garantia do juiz natural, na medida em que não permitiria que o recorrente se defendesse de fixação de tribunal territorialmente incompetente depois desse momento, é questão que, em sede de fiscalização normativa, deve ser analisada como uma afetação a uma garantia fundamental de defesa. Sendo assim, o que o Tribunal Constitucional deve fazer é essencialmente verificar se essa norma real restritiva foi aprovada para perseguir interesse público legítimo, se ela produziria qualquer efeito retroativo, se não seria geral e abstrata, se atingiria o núcleo essencial do direito ou seria desproporcional. E não com base em eventual preterição de dever objetivo de não se

reduzir a amplitude de direito, liberdade e garantia decorrente do nº 2 do artigo 17º da Constituição, como se se estivesse perante um recurso de amparo constitucional. Em relação à pretensa inconstitucionalidade de uma norma que é objetivamente restritiva, do que não decorre que padeça desse vício, pois que as restrições não são *per si* ilegítimas, podendo, obviamente, haver restrições legítimas ao abrigo de cláusulas de reservas constitucionais de restrição ou de ponderações com outras normas constitucionais².

10.10. Os primeiros critérios – da aplicação no tempo e da natureza da medida – não colocam qualquer problema, estando a restrição, ademais, muito longe de ter qualquer impacto sobre o núcleo essencial dos direitos invocados. O único critério que seria capaz de induzir alguma discussão teria que ver com o princípio da proporcionalidade ou proibição do excesso, o que, em todo o caso, não reconduz a uma inconstitucionalidade normativa, posto que a norma não é incompatível nem com o subprincípio da adequação nem com os subprincípios da necessidade e da proporcionalidade em sentido restrito, que integram o princípio da proibição do excesso ou da proporcionalidade *lato sensu*.

A – Na medida em que haveria interesse público na boa administração da justiça, justificante, nomeadamente, afeita à finalidade de garantir a boa administração da justiça penal. Neste sentido, desdobrando-se para justificar medida destinada a regular situações que podem implicar em deslocação jurisdicional no sentido de que não possam ser colocadas a qualquer momento como meio de invalidar atos judiciais solenes cuja repetição é sempre onerosa, consomem tempo e permitem comportamentos processuais inadequados como o do chamado «forum shopping»³, impondo que qualquer questão que se refira à competência territorial seja resolvida antes de o julgamento se iniciar. Portanto, a solução que define esse prazo para antes do momento mais importante de qualquer processo-crime – o julgamento – é perfeitamente natural. Na verdade, seria a

² Sobre a temática, cfr. **Jorge Reis Novais**: *Limites dos direitos fundamentais. Fundamento, Justificação e controlo*, Lisboa 2021. Cfr. Ainda **Bodo Pieroth e Bernard Schlink**: *Direitos Fundamentais. Direito Estadual II*, Lisboa 2008, p. 65 e segs.

³ O «*forum shopping*» diz respeito à prática de escolher um tribunal ou uma jurisdição que tem as regras mais favoráveis para a situação que está em litígio. Uma parte pode proceder a um «*forum shop*», quando mais do que um tribunal tem jurisdição sobre um litígio, escolhendo o tribunal que, por hipótese, lhe confere uma vantagem em relação à parte contrária.

única solução para se garantir com eficácia a preservação dos interesses públicos acima mencionados.

B – Sendo assim, é meio idóneo, não se estando a ver qualquer outra alternativa menos restritiva que ainda assim permitisse realizar esse fim. E sem que a justa medida seja atingida no sentido de se criar um sacrifício excessivo para o direito com a norma, pois perante as posições jurídicas subjacentes, considerando o tempo que intermedeia entre a acusação ou a pronúncia, em que já há certeza sobre os crimes de que o recorrente é acusado e eventuais conexões, e o julgamento, há tempo suficiente para suscitar a questão da incompetência territorial antes que o tribunal se reúna para julgar em audiência.

11. Dispõe a Constituição da República no seu artigo 22º que a todos é garantido o direito de acesso à justiça e de obter, em prazo razoável e mediante processo equitativo, a tutela dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos. Tal norma assegura uma tutela jurisdicional efetiva. O processo equitativo inclui efetividade do direito de defesa no processo, bem como dos princípios do contraditório e da igualdade de armas. Ora, é evidente que uma norma que permite que se suscite a questão da incompetência territorial e permita que o tribunal decida a questão antes do início do julgamento não atinge a garantia do acesso à justiça mediante um processo justo e equitativo; nomeadamente porque, nos termos da norma, o arguido tem tempo suficiente para suscitar a questão de incompetência territorial, permitindo deste modo que o tribunal decida a questão antes de iniciar a audiência.

Portanto, não há nada de inconstitucional em relação a esta norma do artigo 158º do CPP que estabelece o *dies ad quem (termo final)* para suscitar a questão da incompetência territorial.

III. Decisão:

Pelo exposto, o Tribunal Constitucional, reunido em Plenário, decide:

a) Não julgar inconstitucional a norma atribuída a interpretação do Supremo Tribunal de Justiça do artigo 158º, segundo a qual *o incidente de incompetência territorial deve ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de*

simplesmente até ao início da audiência, por ela não ser desconforme ao princípio do juiz natural, nem ao direito de acesso à justiça mediante processo justo e equitativo;

b) *Determinar custas a cargo do recorrente que se fixam em 45.000\$00 (quarenta e cinco mil escudos), nos termos das disposições conjugadas dos artigos 94.º, nº 4, da Lei do Tribunal Constitucional, 411.º, nº 1, do Código de Processo Civil e 13º do Código das Custas Judiciais.*

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de janeiro de 2024

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de janeiro de 2024.

O Secretário,

João Borges